

EDUCAÇÃO PARA AS REDES SOCIAIS: EXERCÍCIO DE CIDADANIA

EDUCATION TO SOCIAL NETWORKS: EXERCISE OF CITIZENSHIP

Cleide Aparecida Carvalho Rodrigues
(Universidade Estadual de Goiás)
Gabriella Luccianni Morais Souza Calaça
(PUC Goiás)

RESUMO: Este artigo tem como propósito uma reflexão acerca das formas de usabilidade das redes sociais como exercício de cidadania. Atualmente o número de brasileiros que acessam os sites de redes sociais cresceu consideravelmente. Nestes espaços, eles realizam uma série de ações, entre as quais tem se tornado comum a hostilização de figuras públicas. Os autores destas práticas afirmam que trata-se de liberdade de expressão, mas a realidade mostra que algumas ações de pessoas ditas “civilizadas” no uso das redes sociais, ou mesmo fisicamente na própria cidade, extrapolam o respeito, a ética e a cidadania. É preciso educar a sociedade e estimular o debate de conteúdos verdadeiramente políticos, pois, sem a devida formação, esses “cidadãos” podem estar apenas disseminando a violência e a barbárie. Neste sentido, espera-se que esta reflexão possa contribuir em processos educativos que primam pela articulação educação, mídias e cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: educação; redes sociais; cidadania.

ABSTRACT: This essay aims to reflect on ways of usability of social networking as an exercise of citizenship. Currently the number of Brazilians who access the social networking sites has grown considerably. In these spaces, they perform a series of actions, among which has become common to antagonize public figures. The authors Who are guilty for this actions, argue that it due to the freedom of expression, but the reality is that some of the actions this people call "civilized" in the use of social networks, or even physically in the city itself, extrapolate respect, ethics and citizenship. It is important to educate society and stimulate discussion of real political content, because without the due training, these "citizens" can only be spreading violence and barbarity. in this sense, it is expected that this reflection can contribute in educational processes which aim for their joint education, media and citizenship.

KEY-WORDS: Education. Social Websites. Citizenship.

INTRODUÇÃO

É inegável que a internet ampliou os espaços de participação do cidadão. Se nos meios de comunicação tradicionais o público possui tempo e espaço de participação determinados, nos meios de Comunicação Mediada por Computador (CMC), as pessoas podem estudar, trabalhar, criar e publicar conteúdos e, inclusive, se mobilizar em prol de ações solidárias e políticas, em

qualquer hora e lugar. Foi o que ocorreu em 2008, quando blogs, vídeos e sites de redes sociais¹ foram fundamentais para a vitória do candidato Barack Obama contra John McCain, nas eleições presidenciais dos Estados Unidos. A população comentava sobre as eleições no Facebook, no Twitter e fazia campanha para o primeiro presidente negro estadunidense.

No mesmo ano, o Brasil mostrou que também estava conectado e sabia ser solidário quando necessário. Durante as enchentes em Santa Catarina, quando a chuva provocou uma das maiores catástrofes naturais no país, destruindo casas, provocando a morte de pessoas e isolando cidades inteiras, uma série de blogs, ferramentas de mensagens e outros recursos foram usados para informar o resto do Brasil sobre o acontecimento e mobilizar pessoas para uma campanha solidária de doação de roupas e mantimentos às vítimas da tragédia, segundo Recuero (2009). Nos anos seguintes, as manifestações de brasileiros na internet cresceram significativamente. Além da cobertura da mídia empresarial, cidadãos comuns passaram a usar com mais intensidade as redes sociais na internet para criticar ou apoiar os candidatos à Presidência da República em 2014. Isso sem falar na grande quantidade de manifestações populares nas ruas das cidades brasileiras que foram marcadas e organizadas por meio do Facebook, Twitter ou outro site de redes sociais.

Diante desse contexto, percebe-se que o brasileiro passou a participar mais da vida da cidade, fazendo denúncias, reivindicando direitos, expondo sua opinião sobre política, economia, cultura, entretenimento e, em alguns casos, realizando, de fato, um diálogo saudável com o poder público e com demais autoridades e/ou membros da sociedade. Porém, mediante a visibilidade e atuação das pessoas, surgem algumas perguntas: a ampliação dos espaços de participação necessariamente significa maior expressão da cidadania? Essa atuação foi ampliada em todas as camadas da sociedade? Antes de tentar sinalizar com possíveis respostas para estas questões, é preciso discutir os conceitos de cidadania, diálogo, a participação na internet e educação para o uso dos meios de comunicação.

¹ Sites de redes sociais, segundo Recuero (2010) são serviços baseados na web que permitem aos indivíduos construir um perfil público ou semipúblico dentro de um sistema limitado, articular uma lista de outros usuários com quem compartilham uma conexão, ver e percorrer suas listas de conexões e aquelas feitas por outras pessoas dentro do sistema.

Cidadania em exercício

Existem inúmeros conceitos para o termo cidadania. Piza (2010) mostra que o termo tem sua origem na palavra cidade e é definido como a relação do indivíduo com sua cidade, a polis. Conforme a autora, para os gregos antigos, o político era o cidadão, aquele que participava dos negócios da polis. Depois que a cultura grega foi assumida pelos romanos, a palavra polis tornou-se a cidade “é a palavra *cive* que origina nossa palavra cidade e dela as palavras cidadão e cidadania. Portanto, cidadania é sinônimo de política, e cidadão é sinônimo de político no sentido grego” (PIZA, 2010, p. 70).

Carvalho (2002) entende que cidadania é o exercício pleno dos direitos civis, políticos e sociais² e, o cidadão, o titular desses três direitos. Cerquier-Manzini (2010) enfatiza que só existe cidadania se houver a prática de reivindicação, da apropriação de espaços, da possibilidade de fazer valer os direitos do cidadão. Assim, o exercício da cidadania pode ser o caminho para a construção de uma sociedade melhor. O primeiro pressuposto dessa prática é que esteja assegurado o direito de reivindicar os direitos, e que o conhecimento destes se estenda cada vez mais a toda a população. Para a autora, trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente.

A apropriação das redes sociais na internet pelos brasileiros pode ser constatada por meio da 9^a Pesquisa TIC Domicílios, divulgada pelo Centro Nacional de Estudos pelo Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br) em junho de 2014³. Segundo o estudo, pela primeira vez, a parcela da população brasileira que usa internet ultrapassou os 50%. O número de brasileiros que acessa a internet pelo telefone celular chegou a 52,5 milhões, o que representa 31% da população do país. Entre as atividades realizadas por quem acessa a internet pelo celular, os dados mostram que o uso das redes sociais aparece em primeiro lugar, com 30%; enquanto 26% compartilharam fotos, vídeos ou textos; 25% acessaram e-mails; e 23% baixaram aplicativos. O levantamento ouviu 16.887 pessoas, entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014, em 350 municípios do Brasil, em áreas rurais e urbanas.

² Segundo Carvalho (2002), os direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei; os direitos políticos referem-se à participação do cidadão no governo da sociedade, como as ações de votar e ser votado; e os direitos sociais incluem o direito à educação, ao trabalho, à moradia, à previdência social etc; e permitem à sociedade reduzir os excessos de desigualdade.

³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/tec/2014/06/1476690-numero-de-brasileiros-que-usa-a-internet-pelo-celular-mais-que-dobra-em-dois-anos-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em 27/05/2015.

Rheingold (1996) acredita que a relevância política da CMC está em sua capacidade para desafiar o monopólio dos poderosos meios de comunicação, detido pela hierarquia política, e talvez assim revitalizar a democracia. Na opinião dele, a rede é um instrumento que pode estimular o convívio e a compreensão entre as pessoas e que poderá auxiliar na revitalização da esfera pública. “A visão de uma rede de telecomunicações delineada e controlada pelos cidadãos do mundo é uma versão da utopia tecnológica que pode ser apelidada de visão da «ágora eletrônica»”⁴ (RHEINGOLD, 1996, p 29).

A Internet abriu a possibilidade para que cidadãos comuns possam manifestar seu pensamento, mas apenas isso não lhes garante o status de uma mídia democrática. Lévy (2000) explica que a democracia eletrônica não se limita à difusão de propagandas governamentais sobre a rede, ao anúncio dos endereços eletrônicos dos líderes políticos, ou à organização de referendos pela Internet.

A verdadeira democracia eletrônica consiste em encorajar, tanto quanto possível – graças às possibilidades de comunicação interativa e coletiva oferecidas pelo ciberespaço –, a expressão e a elaboração dos problemas da cidade pelos próprios cidadãos, a auto-organização das comunidades locais, a participação nas deliberações por parte dos grupos diretamente afetados pelas decisões, a transparência das políticas públicas e sua avaliação pelos cidadãos. (LÉVY, 2000, p. 186).

O problema é que algumas ações das pessoas ditas “civilizadas” no uso das redes sociais virtuais, ou mesmo fisicamente na própria cidade, estão muito distantes da democracia eletrônica apontada acima por Lévy. A matéria publicada pela BBC Brasil⁵ “#SalaSocial: Xingar políticos em público faz parte do jogo democrático?” lembra que a hostilização de figuras públicas no Brasil tornou-se comum nos últimos anos. No ano passado, o ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi xingado quando acompanhava sua esposa, que se tratava de um câncer, num hospital de São Paulo. Em maio de 2015, foi hostilizado enquanto jantava em um restaurante na capital paulista. O mesmo ocorreu com o ex-ministro do PT, Alexandre Padilha.

⁴ Rheingold explica que, na Atenas democrática original, a ágora era não apenas o mercado, mas também o local onde os cidadãos se encontravam para conversar, contar mexericos, discutir, avaliar-se e encontrar os pontos fracos das ideias políticas por meio do debate.

⁵ Disponível em: <http://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/supernumbersalasocial-xingar-pol%C3%ADticos-em-p%C3%BAblico-faz-parte-do-jogo-democr%C3%A1tico/ar-BBkfS9e?li=AA520y&ocid=mailsignoutmd>. Acesso em: 27/05/2015.

Durante a abertura da Copa do Mundo, a presidente Dilma Rousseff foi alvo de vaias e xingamentos. O PT não foi o único alvo de atos como esses. Os deputados Marco Feliciano (PSC-SP) e Jair Bolsonaro (PP-RJ) também foram constrangidos publicamente. A BBC Brasil ouviu leitores, cientistas políticos e sociólogos para responder à seguinte questão: "A hostilização de uma pessoa pública fora do exercício de sua função é certo ou errado?". Por meio dos sites de redes sociais, a maioria dos leitores se colocou a favor da liberdade de se manifestar contra representantes da cena política em qualquer local, mesmo que na intimidade de sua vida privada. Afinal essas pessoas estão exercendo a cidadania ou a "barbárie"?

Já os cientistas políticos da PUC-Rio, Ricardo Ismael, da USP, Antonio Carlos Mazzeo, e da UFRJ, Paulo Baía, também ouvidos pela BBC Brasil, entendem que os ataques são um prejuízo à democracia, pois não existe razão que justifique constrangimento ou ofensa. "Pode-se divergir de uma pessoa sem hostilizá-la. Tal postura reflete a ascensão de um tipo de sectarismo que se assemelha muito à dos grupos da Alemanha pré-nazista, que saíam às ruas agredindo pessoas com pensamentos políticos diferentes. A hostilização não é só inaceitável; ela tem de ser coibida. Isso não significa negar o direito à livre manifestação, que pode – e deve – continuar sendo feita, nas urnas, principalmente. No plano pessoal, é uma violência", afirma Mazzeo. Baía acrescenta que vivemos a crise do individualismo fóbico. "O nível de intolerância atingiu patamares nunca antes vistos na história desse país. Não se respeita o outro." As práticas de hostilização por meio das redes sociais não contribuem para a garantia das diversidades culturais, políticas e ideológicas tão defendidas pelo discurso da sociedade contemporânea.

Na mesma matéria, o professor de Filosofia e Ética da Unicamp, Roberto Romano, afirma que a hostilização é própria de pessoas que não têm vivência na esfera pública e acrescenta: "Pior: esse 'carisma incivil' ganhou corpo pela prática irresponsável e calhorda das redes sociais. Em nome de uma ideologia, vilipendia-se a existência e a dignidade do outro." Percebe-se mediante tais exemplos que há um fosso entre o discurso democrático e as práticas sociais difundidas nas redes sociais virtuais que, aliás, não se caracterizam como relações virtuosas.⁶ Lévy (1996, p. 15) explica que:

⁶ Entende-se virtuoso aquele que é honroso reservado às pessoas com atitudes morais, sensatas, respeitadas mediante a cultura do outro.

A palavra virtual vem do latim medieval *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência. Na filosofia escolástica é virtual aquilo que existe em potência e não em ato. O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado no entanto à concretização efetiva ou formal. A árvore está virtualmente presente na semente. Em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes.

Diante de tais entendimentos conceituais é possível inquirir: se o virtual está relacionado ao real potencializado pela difusão das informações, em que medida as atitudes de hostilização física e social das pessoas apresentam consciência das relações de si mesmo no mundo e com o outro de forma virtuosa ou apenas um ato de barbárie?

As relações estabelecidas nas redes sociais na internet, em geral, são caracterizadas como interativas, mas será que a espaço para as opiniões e culturas diferentes? Em relação à interatividade, Rafaeli (1998, p. 120-121 apud Primo, 2008, p. 49) apresenta algumas conclusões: nem toda comunicação é interativa, mesmo que a comunicação não-interativa possa conter respostas coerentes; interatividade não é uma característica do meio ou canal; boa parte dos usos das chamadas “novas tecnologias de comunicação” é não-interativa; interatividade é um feedback (mas não é seu sinônimo) que se relaciona com as mensagens anteriores e com a maneira como essas mensagens anteriores se relacionam com aquelas que as precederam. O autor critica a livre comparação da interação homem-computador a um diálogo, como também o “ideal de inteligência” que aproxima o funcionamento do computador à inteligência humana.

Na visão de Primo (2008), Rafaeli qualifica o olhar sobre o tema e mostra que a “interatividade” pode levar ao engajamento e à socialização dos envolvidos. A “interatividade” dá poder ao “usuário final” de controlar o conteúdo e o fluxo da informação, esclarece o pesquisador.

[...] interagir não é algo que alguém faz sozinho, em um vácuo. Comunicar não é sinônimo de transmitir. Aprender não é receber. A interação é um processo no qual o sujeito se engaja. Alguns reflexos básicos o recém-nascido traz consigo em sua genética, mas o conhecimento do sujeito depende de seu contínuo aprendizado em relação ao seu meio. Não há, pois, como separar esse sujeito de sua cultura, de seus pares ou opositores, da política, de suas crenças religiosas (ou ausência delas), da linguagem, das instituições etc. (PRIMO, 2008, p. 72).

Apesar das possibilidades oferecidas pelas tecnologias digitais, Primo assinala que estas não são suficientes para garantir a liberdade de expressão e para a construção de uma sociedade mais democrática. Para ele, o diálogo é fundamental para a reflexão e a ação dos indivíduos. Nas ações citadas pela matéria da BBC, percebe-se que o diálogo é inexistente.

No caso dos sites de redes sociais, Recuero (2009) pontua que a comunicação depende das características dos atores sociais envolvidos e da proximidade entre eles. Assim, apesar de compreendermos que os sites de redes sociais possibilitam a interação mútua, sabemos que não são esses sistemas que determinam como será a interação entre os indivíduos, pelo contrário, são os usuários das redes sociais que decidem se vão interagir, com quem e qual será o grau de interação com os seus contatos.

Recuero (2009) explica que os atores são indivíduos que agem por meio de seus blogs ou páginas pessoais e formam laços sociais. A interação é a matéria-prima das relações e dos laços sociais, acrescenta. “Estudar as relações entre suas trocas de mensagens e o sentido das mesmas, estudar como ocorrem as trocas sociais depende, essencialmente, das trocas comunicativas” (RECUERO, 2009, p. 31). Na prática, muitas trocas comunicativas têm privilegiado a ofensa, a discriminação e o preconceito. O exercício dessa prática nos leva à indagação: Qual a relação de pertencimento do indivíduo no grupo? Segundo Sodré (2012) “o indivíduo pertence ao grupo tanto quanto a si próprio, pois ser um ou outro depende, na verdade, dos limites que se estabelecem para a identidade.” (p.17).

Segundo Primo (2008), a interação mediada por computador será, quase sempre, mútua e dialógica, com a participação, colaboração e construção de cada integrante da relação. Ele explica que, na Internet, o usuário pode, por exemplo, comentar, valorar, opinar, propor, anunciar, publicar, trocar, escolher e compartilhar mensagens de texto, áudio, vídeo e fotos. Os conteúdos compartilhados são diversos e vão do entretenimento, das notícias, da informação, da formação até à mobilização popular, complementa o estudioso. No atual contexto da sociedade brasileira, é preciso começar a estimular o debate de conteúdos verdadeiramente políticos.

Além disso, para conquistar essa comunicação interativa tratada por Lévy, Primo e Recuero e, por consequência, a democracia e a cidadania eletrônica, o cidadão precisa dialogar. Freire e Shor (1986) definem diálogo como o momento em que os indivíduos se encontram para refletir sobre sua realidade, tal como a fazem e re-fazem. Para eles, a educação dialógica parte da compreensão que os alunos têm de sua experiência diária, “do senso comum, para a compreensão

rigorosa da realidade” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 123). Os estudiosos afirmam que o diálogo não deve ser entendido apenas como uma técnica usada para obter resultados, e sim como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos. “O diálogo libertador é uma comunicação democrática, que invalida a dominação e reduz a obscuridade, ao afirmar a liberdade dos participantes de refazer sua cultura”, afirmam Freire e Shor (1986, p. 123).

Processos educativos e Comunicação

O desafio é que boa parte dos processos educativos não são baseados na comunicação dialógica. Essa por sua vez, envolve a conscientização do ser humano no mundo, com e para o mundo, como defendiam Freire e Shor (1986). A conscientização requer o exercício da crítica. Mas o que se entende por crítica? Para Sodré (2012, p. 19), “a crítica é um modo de ler a realidade”, ou seja, ela exige aprendizagem e leitura da realidade, alteridade, e o desvelamento do real, muitas vezes, ofuscado pelo discurso da hostilização.

No caso do uso da internet, Recuero (2009) e Rheingold (1996) relatam experiências de utilização de comunidades virtuais e de sites de redes sociais para a expressão e promoção da cidadania, mas, segundo a primeira autora, as escolas possuem uma visão limitada em relação a essas mídias, enxergando-as apenas como ferramentas para o entretenimento. Não cabe aqui eximir a escola contemporânea de suas responsabilidades e desafios da formação para a cidadania, num contexto de informações fragmentadas e desorganizadas que se confunde como conhecimento, apontados e analisados por Pérez Gómez (2015).

Nesta sociedade global, baseada em informação, principalmente digital, é necessário considerar seriamente o papel das novas ferramentas e plataformas pelas que trafegam a informação, porque constituem, sem dúvida, o fator central na mudança. Isso quer dizer que a escola como organização responsável, na história recente da humanidade, pelo desenvolvimento educacional das novas gerações deixou de ter sentido e será em breve substituída pelas redes virtuais? (p. 28).

Não queremos aqui colocar mais uma tarefa para a escola, que já está sobrecarregada com tantas discussões que permeiam a sociedade, mas sim, juntamente com a família, aponta-la como o lugar preferencial para esse tipo de formação. Visão defendida também por Buckingham (2010), “a escola é inevitavelmente um lugar de negociação entre as concepções concorrentes de

conhecimento e o valor cultural”(p.44). Mesmo sabendo que a escola muitas vezes transmite e consolida uma ideologia cujos valores são o individualismo, a competitividade, a falta de solidariedade e a aceitação e consolidação das desigualdades sociais, Pérez Gómez e Sacristán (1998) e Braga e Calazans (2001) defendem que ela é o espaço privilegiado das práticas reflexivas sobre a realidade. Os primeiros argumentam que é ingênuo pensar que as instituições políticas, sindicais, religiosas, ou o âmbito das empresas, do mercado ou da publicidade têm interesse em promover o debate aberto e racional com o futuro cidadão. Os segundos, ao relacionarem Comunicação e Educação, apontam a escola como espaço prioritário da “aprendizagem mediatizada”, isto é, mesmo tendo o caráter educativo informal as mídias e seus produtos não contribuem na formação reflexiva. Conforme os autores supracitados, os interesses das instituições midiáticas são diferentes dos da escola e estão mais próximos da inculcação, persuasão ou sedução do indivíduo do que da reflexão racional e da comparação crítica de propostas. Neste sentido, a escola constitui um espaço privilegiado:

Somente a escola pode cumprir esta função. Para desenvolver este complexo e confiante objetivo, a escola compreensiva, apoiando-se na lógica da diversidade, deve começar por diagnosticar as pré-concepções e interesses com que os indivíduos e os grupos de alunos/as interpretam a realidade e decidem sua prática. Ao mesmo tempo, deve oferecer o conhecimento público como ferramenta inestimável de análise para facilitar que cada aluno/a questione, compare e reconstrua suas pré-concepções vulgares, seus interesses e atitudes condicionadas, assim como as pautas de conduta, induzidas pelo marco de seus intercâmbios e relações sociais. (PÉREZ GÓMEZ; SACRISTÁN, 1998, p. 25)

Jacquinot (2006) acredita que será necessário criar uma teoria da aprendizagem multimídia. No caso do uso das redes sociais virtuais voltadas para o exercício da cidadania é possível constatar nos exemplos aqui já mencionados que o aprendizado muitas vezes é desprovido de uma crítica consciente alimentada pela banalização e preconceitos. Dessa forma, apesar dos avanços teóricos, percebemos que a maioria das práticas não é pautada por esses princípios. Piza e Silva (2010) observam que existe uma cobrança cultural para que as instituições, principalmente as educacionais, formem indivíduos para a cidadania. Mas esse será um papel exclusivo da educação escolar? E os espaços da atual Sociedade da Informação, sistemas, empresas, mídias e tantos outros também contribuem para o exercício da cidadania?

Kuenser (2009) entende que, por causa da crescente precarização da escola pública no Brasil e da ausência de investimentos na formação de professores para trabalhar com as novas formas de articulação entre trabalho, cultura, linguagens e conhecimento, incluindo os novos sistemas informacionais, “teremos para os sobrantes desconectados, uma escola e um professor também desconectado, portanto também sobrantes” (KUENSER, 2009, p. 228).

Na visão de Bonilla (2010), a escola é o local adequado para os processos de inclusão digital, entendidos pela autora como a formação da cultura digital. No entanto, desde a implantação do primeiro programa de inclusão digital, seu estudo pontua que as TIC foram tratadas como ferramentas de apoio à educação. Lemos e Costa (2005) consideram que hoje a questão da exclusão social está ligada à exclusão digital. Para isso, além da questão técnica, a inclusão deve ser vista sob os indicadores econômico (ter condições financeiras de acesso às novas tecnologias) e cognitivo (ter visão crítica de uso e apropriação dos novos meios digitais, gerando práticas criativas de recusa à exclusão social). Neste sentido, os sujeitos devem aprender a usar as redes digitais para produzir informações e debater sobre seus direitos.

Na área da Educação, a cultura digital ainda é latente na formação e nas práticas docentes. Rodrigues (2009) observa que a inserção da temática Educação, Comunicação e Mídias em cursos para formação docente tem o propósito de contribuir para a reflexão da articulação dos processos educativos e comunicativos como produção cultural na sociedade tecnológica e para a preparação de docentes capazes de entender a estrutura e a linguagem das mídias. Com esse intuito, a autora explica que as atividades realizadas em disciplinas e projetos que privilegiam o exercício teórico e prático de leitura crítica das mídias, a discussão sobre o consumo e a ética, e a construção de práticas interdisciplinares, podem contribuir para o exercício consciente da cidadania. Porém, argumenta Rodrigues (2009), os futuros professores, muitas vezes não se interessam muito por essa formação, pois grande parte deles quer aprender apenas a técnica para utilizar a mídia em sala de aula, situação que retrata a cristalização da cultura escolar desconectada do avanço tecnológico.

Recuero (2010) aponta que, diante deste cenário, as ações das escolas em relação à utilização da Internet em sala de aula não favorecem a inclusão social e a cidadania. Ela explica que as principais práticas são a realização de trabalhos escolares que estimulam a busca no Google e o recortar e colar dos resultados como “ferramenta educativa”. Para a autora, o grande

problema é pensar que “educar” e “aprender” são processos unilaterais e que apenas sites comuns e o Google são ferramentas que podem auxiliar alunos e professores a construir conhecimento.

A maioria dos sites de redes sociais tem seu acesso proibido em quase todos os ambientes públicos no país, argumenta Recuero (2010). Ela ressalta também que em muitas universidades e escolas é proibido o uso de qualquer site de rede social ou ferramenta de CMC. As justificativas são muitas e, quase sempre, sob a alegação de que essas ferramentas não servem para a educação.

Para Recuero (2009), aprender é um processo social que depende de um contexto. Ela entende que as ferramentas de CMC dão ao aprendizado, hoje, um contexto social. Na opinião dela, os sites de rede social podem e devem ser usados com propósitos educativos. “Não é porque as pessoas 'usam para conversar' que a ferramenta é uma 'perda de tempo'. A conversa faz parte do processo. A comunicação faz parte do processo”. Indaga-se, aqui, se a escola não propiciar reflexões acerca das formas do uso, comportamentos e propósitos das redes sociais, quem vai exercer este espaço? Seria o sistema midiático responsável por isso? Ou seriam as próprias redes sociais, com seus atores e nós que excluiriam ou incluiriam uns aos outros?

Haro (2011) entende que, como as redes sociais atraem as pessoas de forma poderosa, a educação deve se beneficiar delas para favorecer o interesse dos alunos e estimular uma atividade social enriquecedora. Na mesma linha de raciocínio, Gutiérrez (2003) enfatiza que o aspecto lúdico dos programas de multimídia faz com que o aprendizado seja muito mais atrativo do que nas aulas tradicionais. Na visão dele, o computador proporciona a possibilidade de experimentar, simular e criar novas formas e modelos em que os usuários passam a ser autênticos protagonistas.

Considerando o capital social como um conjunto de recursos de um determinado grupo, que pode ser usufruído por todos os seus integrantes e está baseado na reciprocidade, Recuero (2009) explica que o capital social fortalecedor está relacionado a grupos mais coesos, como amigos e a família, e associado aos laços fortes. O capital social do tipo conectivo, por sua vez, está ligado aos laços fracos, analisa a pesquisadora. Por último, ela assinala que o capital social de manutenção está relacionado apenas à manutenção de contato entre as pessoas.

Na visão de Recuero (2009), os sites de redes sociais são capazes de construir e facilitar o aparecimento de vários tipos de capitais sociais. Para ela, os valores construídos nesses espaços, que podem influenciar os atores sociais, são a visibilidade, a reputação, a popularidade e a autoridade. Ela explica que, quanto mais conectado um nó, maior a possibilidade de ser visível na

rede e receber mais informações. Segundo a pesquisadora, a reputação está ligada às informações recebidas pelos atores sobre o comportamento dos demais e, conseqüentemente, às impressões que têm deles; a popularidade, por sua vez, está relacionada à audiência, pois um nó mais centralizado na rede é mais popular, porque há mais pessoas conectadas a ele. Por último, a autora ressalta que a autoridade está ligada à capacidade de influência de um nó sobre os demais. O problema é que os nós com mais influência nem sempre correspondem àqueles com conteúdo de melhor qualidade e que estão abertos ao debate e à construção do conhecimento. Muitas vezes, corresponde apenas aos interesses pessoais perdendo a dimensão do coletivo.

Somado a isso, hoje há tanta informação que, de acordo com Martín-Barbero (2005), é difícil perceber o que é importante. Para ele, o problema é saber o que o sistema educacional fará para formar pessoas com capacidade para serem interlocutoras desse entorno de informação favorecido com o surgimento da internet em que tudo está mesclado. Apesar das resistências dos docentes, a realidade tem mostrado que é necessário o surgimento de uma posição intermediária, a exemplo do que faz Freire (1986), que é capaz de criticar a mídia, mas também de reconhecê-la como um importante meio de educação. Afinal, diante desses posicionamentos e estudos, o que é possível a educação fazer com as redes sociais virtuais no exercício para a cidadania?

CONCLUSÃO

Entendemos que os sites de redes sociais são de grande valia para a educação e a promoção da cidadania. Sem dúvida, eles representam um universo simbólico e mais um espaço para que os cidadãos possam falar, reivindicar seus direitos e se unir em prol de temáticas que afetam à coletividade, mas sem a devida formação, podem ser utilizados apenas de maneira superficial, ou pior: preconceituosa. Como Freire e Shor (1986), é importante ter consciência dos limites da educação na transformação política, mas também perceber que, com ela, é possível compreender o que é poder na sociedade.

Nesse sentido, o uso dos sites de redes sociais deve ultrapassar o instrumental e ser crítico, reflexivo e estimulador da ação política. A mediação promovida seja pelas práticas educativas escolares ou pelas pessoas que atuam nas redes sociais virtuais no exercício da cidadania exige a leitura dos mundos culturais, como anunciou as obras do mestre Paulo Freire,

ou seja, a Educação no sentido amplo e irrestrito em todos os espaços sociais e não apenas na escola. Enfim, cabe a todos nós esta leitura e apreender a fazê-la é o desafio.

REFERÊNCIAS

- BONILLA, Maria Helena. Políticas públicas para inclusão digital nas escolas. *Motrivivência*. UFSC, Ano XXII, nº 34, p. 40-60, jun. 2010.
- BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina. *Comunicação e educação*. São Paulo: Hacker, 2001.
- BUCKINGHAM, David. *Cultura Digital, Educação Midiática e o Lugar da Escolarização. Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 37-58, set./dez., 2010. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CERQUIER-MANZINI, Maria Lourdes. *O que é cidadania*. Coleção Primeiros Passos. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia. O cotidiano do professor*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GUTIERREZ, Francisco. Dimensão pedagógica das novas tecnologias de comunicação e informação. In: PORTO, Tania Maria Esperon (org.). *Redes em Construção: meios de comunicação e práticas educativas*. Araraquara, SP: JM Editora, 2003.
- HARO, Juan José de. *Redes sociales para la educación*. Madrid: Anaya Multimedia, 2011.
- JACQUINOT, Geneviève Delaunay. As Ciências da Educação e as Ciências da Comunicação em Diálogo: a propósito dos media e das tecnologias educativas. In: PARASKEVA, João M; OLIVEIRA, Lia Raquel (orgs). *Currículo e Tecnologia Educativa*. Portugal: Edições Pedagogo, 2006, v. 1.
- KUENSER, Acácia Zeneida. Educação, Linguagens e Tecnologias: As Mudanças no Mundo do Trabalho e os Desafios para a Educação Escolar. In: BARBOSA, Marialva; FERNANDES, Marcio; MORAIS, Osvaldo J. de. *Comunicação, educação e cultura na era digital*. São Paulo: Intercom, 2009.
- _____; COSTA, Leonardo Figueiredo. Um modelo de inclusão digital. *Revista de Economia. Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, v. VIII, n. 6, Sep. – Dic. 2005. Disponível em: < www.eptic.com.br> Acesso em: 10 set. 2011.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Trad. de Carlos Irineu da Costa. 2 ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.

_____. *O que é o virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PÉREZ GÓMEZ, Angel; SACRISTÁN, José Gimeno. *Compreender e Transformar o ensino*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

PEREZ GOMÉZ, Ángel. *Educação na era digital: a escola educativa*. Tradução: Marisa Guedes; revisão técnica: Bartira Costa Neves- Porto Alegre: Penso, 2015.

PIZA, Suze; SILVA, Helena Alves (orgs.). *Cidadania, que coisa é essa?* A formação cidadã na universidade. São Bernardo do Campo, SP: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

RAFAELI, Sheizaf. *Interactivity: from new media from communication Science*, 1998. In: PRIMO, Alex. *Interação Mediada por Computador*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2 ed., 2008, p. 120-121.

RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____; *Sites de Redes Sociais e Educação*. Disponível em: http://www.pontomidia.com.br/raquel/arquivos/sites_de_redes_sociais_e_educacao.html
Acesso em: 08 out. 2010.

RHEINGOLD, Howard. *A Comunidade Virtual*. Lisboa: Gradiva, 1996.

RODRIGUES, Cleide Aparecida Carvalho. *Educação, Comunicação e Mídias para Formação: práticas e reflexões*. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Foz do Iguaçu, PR, 2014.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes*. Petrópolis, RJ, 2012.